

Carta política dos 30 anos do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste ao longo dos últimos 30 anos combate mentalidades de submissão, organizando e mobilizando as mulheres rurais nordestinas. Nossa trajetória é de luta pelo reconhecimento das trabalhadoras rurais e da nossa participação política na sociedade e nos movimentos sociais. Construímos de forma articulada uma agenda feminista rural, avançando no direito à documentação e o direito à terra, entre outros. Atuamos a partir dos nossos territórios e em convivência com o semiárido e as diversas regiões do Nordeste. Participamos da construção de políticas públicas para a agricultura familiar e para as mulheres, como parte de um projeto de transformação do país e da afirmação da democracia. Incidimos no plano internacional com a construção de alianças para o reconhecimento da agricultura familiar na América Latina e em defesa da soberania alimentar, da agroecologia e da autonomia dos povos.

Somos trabalhadoras rurais diversas. Somos jovens, idosas, negras, bissexuais, lésbicas, indígenas, ciganas, assentadas, agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs, quilombolas, marisqueiras, algeiras, quebradeiras de coco babaçu em movimento lutando contra o capitalismo, o racismo, o agronegócio, e a LGBTTFobia. Defendemos o direito à terra, à água, ao território, aos bens comuns e naturais, a partir de uma relação de cuidado e reciprocidade com a natureza. Construímos essas transformações com solidariedade e respeito, avançando nas histórias de superação e conquistas de direitos das mulheres fortalecendo ofeminismo.

Denunciamos o golpe fascista, misógino, do capital contra a democracia brasileira, perpetrado pelo parlamento, o judiciário e a mídia burguesa, encabeçada pela Globo. Não reconhecemos o governo ilegítimo que destruiu as conquistas das mulheres, da agricultura familiar e da classe trabalhadora. Repudiamos o desmantelamento das políticas públicas, a exemplo do desmonte do SUS e a privatização da assistência à saúde, a perda de direitos previdenciários e o ataque à educação crítica e cidadã, proibindo o debate das relações de gênero e diversidade nas escolas. Denunciamos o enfraquecimento da Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Lei Maria da Penha, a

extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a liberação indiscriminada do uso de agrotóxicos – reforçando a posição do Brasil como maior consumidor de veneno do mundo, a liberação de compra de terras para estrangeiros, o retrocesso na regularização dos territórios de povos e comunidades tradicionais, e o fim dos espaços de participação social no Estado, além do cerceamento das liberdades políticas e a criminalização dos movimentos sociais.

Nós mulheres produzimos alimentos saudáveis, garantimos a segurança alimentar e nutricional e somos guardiãs da socioagrobiodiversidade. Atuamos em nossos territórios com práticas de reciprocidade e solidariedade e transformamos o viver a partir dos princípios da economia feminista e solidaria. Queremos mudar radicalmente a divisão sexual de trabalho que sobrecarrega as mulheres, limita nossa autonomia econômica, invisibiliza nossa importância para a economia e a vida, destina a responsabilidade exclusiva do trabalho doméstico e de cuidados para nós, mulheres, e desresponsabiliza os homens. Reafirmamos a agroecologia como um modo de vida e um projeto econômico político cultural da agricultura familiar e camponesa protagonizado pelas mulheres.

Defendemos a soberania dos povos, combatemos e denunciemos todo tipo de violência contra a mulher e a mercantilização dos nossos corpos, vidas e territórios. Repudiamos a estrutura patriarcal da sociedade. Defendemos os direitos das mulheres à saúde, o fortalecimento de práticas e saberes tradicionais de bem-estar e cura, o direito a decidir livremente sobre nossos corpos e por isso lutamos pelo direito ao aborto livre, legal e seguro.

Lutamos pelo fortalecimento e ampliação da participação política, da resistência e da auto-organização das mulheres através do trabalho de base e a formação política. Não conseguiremos avançar em nossa missão sem reformas estruturais da sociedade brasileira, tais como a reforma política, tributária e dos meios de comunicação e o fortalecimento de alianças para consolidar a resistência, restaurar a democracia em nosso país e construir uma sociedade justa com igualdade e liberdade para as mulheres.

Continuaremos fortalecendo a nossa auto-organização e estratégias de ação política capazes de alimentar e renovar os nossos sonhos e utopias.

Mulheres organizadas combatendo mentalidades de submissão, até que todas sejamos livres!

Caruaru- PE , 12 de agosto de 2106

